

## Vida\*

DETALHES SOBRE O ALCANCE DA LEGISLAÇÃO FORAM APRESENTADOS ONTEM PELA MINISTRA DÁ CULTURA

Vinicius Nascimento

REPORTAGEM

vinicius.nascimento@redabahia.com.br

## SUS DA CULTURA

**Lei Paulo Gustavo**, que será assinada hoje, vai destinar R\$ 3,8 bilhões para o setor

A Lei Paulo Gustavo está pronta para sair do papel. Basta, agora, a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a legislação, aprovada pelo Congresso no primeiro semestre de 2022, poderá efetivar os repasses que têm objetivo socorrer os trabalhadores da cultura. São R\$ 3,862 bilhões do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para municípios, estados e o Distrito Federal investirem na produção de eventos culturais.

Ontem, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, esteve no Museu de Arte Moderna da Bahia ao lado do secretário estadual de Cultura, Bruno Monteiro; do presidente do Iphan, Leandro Grass; e da Secretária do Audiovisual do MinC, Joelma Gonzaga, para dar detalhes sobre o alcance da nova lei e a distribuição dos recursos, previstos para todos os 5.568 municípios do país. Pela promessa de capilaridade e distribuição de responsabilidades entre União, Estados e Municípios, Margareth classificou a Lei como o SUS da Cultura.

“A Lei Paulo Gustavo é uma das ações mais esperadas pelo setor, foi impedida de ser executada duas vezes pelo governo anterior, enquanto trabalhadores e trabalhadoras da cultura viviam a tragédia da pandemia do coronavírus e não tivemos ações do governo federal para socorrer o setor. Perdemos pessoas, postos de trabalho, casas, cinemas, espaços fecharam”, iniciou a ministra.

“A Cultura ficou na fila do osso. A Lei é o SUS da Cultura, há o mesmo sistema de impulsionamento, uma espécie de vitamina na veia dada pelo MinC Margareth Menezes com essas leis, assimilam as críticas de descen-



A ministra Margareth Menezes apresentou detalhes da Lei, que visa democratizar o acesso aos recursos

“A Lei é o SUS da Cultura, há o mesmo sistema de impulsionamento, uma espécie de vitamina na veia dada pelo MinC Margareth Menezes com essas leis, assimilam as críticas de descen-

Ministra da Cultura

tralizar as leis de fomento à cultura no Brasil”, completou. A assinatura do decreto que regulamenta a lei acontece em evento festivo hoje, na Concha Acústica do Teatro Castro Alves, às 17h, com a presença do presidente Lula.

## QUE DINHEIRO É ESSE?

Segundo Bruno Monteiro, a Bahia receberá um total de R\$ 286 milhões, sendo que R\$ 146 milhões ficam para o estado e outros R\$ 136 milhões com os municípios. Para acessar os recursos, os entes federados deverão utilizar o sistema da Plataforma TransfereGov, que será aberta hoje e ficará disponível 60 dias para o

registro registro dos planos de ação, que serão analisados pelo MinC. Os valores serão liberados após a aprovação de cada proposta.

Em nota, o Ministério afirmou que cerca de R\$ 2,7 bilhões irão para o setor audiovisual, para produções audiovisuais, serviços e festivais de cinema. O valor restante, de R\$ 1,065 bilhões, será destinado a outros setores e áreas culturais e artísti-

cas, como desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária; financiamento de agentes culturais, iniciativas, cursos, produções ou manifestações culturais.

Os repasses serão feitos mediante editais, chamamentos públicos, prêmios ou outras formas de seleção. Além disso, os entes precisarão se comprometer a fortalecer os sistemas de cultura existentes ou, se inexistentes, implantá-los, com a instituição dos conselhos, dos planos e dos fundos estaduais, distrital e municipais de cultura. O decreto ainda estabelece a obrigatoriedade dos chamamentos ofertarem um mínimo de 20% das vagas para pessoas negras e no mínimo 10% para indígenas.

## BAHIA

“Estamos preparados para executar essa Lei que garante o apoio à diversidade do fazer cultural. É uma oportunidade de chegar a locais onde os recursos não chegaram, democratizar os acessos, uma demanda que temos há muitos anos”, garantiu Bruno Monteiro. O secretário ainda afirmou que o governo estadual vai montar estruturas de capacitação para produtores culturais e para municípios.

“Nós sabemos que muitos municípios não têm expertise da apresentação de projetos, de prestação de contas, que é essencial para obtenção de recursos neste momento. Esses cursos servirão tanto aos gestores municipais como às fazedoras e fazedores de cultura, para capacitá-los”, declarou o secretário.

Ainda de acordo com Bruno, a Bahia já está cadastrada na plataforma de transferência de recursos e, nos municípios em que não houve plano de ação para o recebimento do dinheiro, o estado se compromete a chegar.

## Aquário e roda-gigante estão nos planos para revitalizar Centro

O prefeito Bruno Reis (DEM) se reuniu ontem com a ministra da Cultura, Margareth Menezes, e com o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, para discutir projetos em prol do Centro Histórico de Salvador. Também participaram o secretário municipal de Cultura e Turismo, Pedro Tourinho, além de outros dirigentes do órgão e da administração.

A iniciativa tem como objetivo requalificar a região e tentar novos caminhos para dar mais atrativos ao turismo e à economia. Entre as iniciativas da prefeitura apresenta-

“Pedimos o apoio da ministra e do presidente do Iphan para agilizar a aprovação e facilitar os entendimentos, possibilitando o desenvolvimento da nossa cidade Bruno Reis Prefeito

das no encontro, está o programa de habitação popular, com a reforma de casarões na região do Pilar, no Comércio. Também foram mencionados os planos de construir uma roda-gigante no Comércio e a implantação de um aquário no Forte São Marcelo.

“Pedimos o apoio da ministra e do presidente do Iphan para agilizar a aprovação e facilitar os entendimentos, com isso possibilitando o desenvolvimento da nossa cidade”, afirmou Bruno Reis. De acordo com a prefeitura, nos últimos anos foram investidos pelo Município R\$ 800 milhões no Centro Histórico. Apesar disso, o prefeito defende que, para revitalizar a região, são necessários investimentos do setor privado. O que exige uma maior segurança jurídica: “O poder público não vai conseguir sozinho resolver essa questão. Quando converso com prefeitos de outras cidades, o sentimento é o mesmo em relação aos centros históricos”.



Projetos foram apresentados por Bruno Reis a Margareth Menezes